

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

Nº 54 - MARÇO 2024

Mulheres querem viver sem violência e com direitos

Denise Motta Dau fala sobre
pacto contra o feminicídio

Nill Santos: como a solidariedade
venceu a violência doméstica

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



AGENDA DE LUTAS MARÇO 2024

Mulheres querem viver sem violência e com direitos



FOTO: SÉRGIO SILVA

No mês de março, que marca o Dia Internacional da Mulher, a revista **Reconexão Periferias** propõe uma reflexão sobre o abismo que ainda existe entre homens e mulheres na sociedade brasileira.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil é o quinto país do mundo em assassinato de mulheres, e só perde para El Salvador, Colômbia,

Guatemala e Rússia.

Estudo recente da Fundação Perseu Abramo aponta que as mulheres negras têm o dobro de risco das mulheres não negras de sofrer feminicídio.

Uma Pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) aponta que, no primeiro trimestre de 2023, a remuneração média das mulheres negras era de R\$ 1.948, o que equivale

a 48% do que homens brancos ganham na média, 62% do que as mulheres brancas recebem e 80% do que os homens negros ganham.

São dados que demonstram o óbvio: a racialização dos territórios agrava a opressão das mulheres negras que vivem nas periferias. E apontam que o enfrentamento à violência, a promoção da igualdade salarial, criação de oportunidades nos cargos de liderança, na representação e na participação política são grandes desafios que requerem políticas públicas e mudança de mentalidade, para que as mulheres trabalhadoras, negras, periféricas tenham o direito de viver com dignidade.

Um ponto que vem se tornando muito debatido pelos movimentos de mulheres é a economia

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE ISAÍAS DALLE, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ COLABORADORES SOLANGE GONÇALVES LUCIANO ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, LUIZ CAETANO, NAIARA TORRES E VIRGÍLIO GUIMARÃES.

do cuidado. Dar banho, fazer comida, faxinar a casa, comprar alimentos, lavar, estender e guardar roupas, cuidar dos idosos e doentes, fazer café da manhã, almoço e jantar para a família e educar os filhos ainda são tarefas que na grande maioria das vezes continuam executadas pelas mulheres. Isso impede que elas se dediquem aos estudos, participem da política e se desenvolvam em suas carreiras. Enquanto isso, empregadores, a gestão pública, as universidades e todas as demais esferas se aproveitam desse trabalho gratuito ou mal-remunerado (quando terceirizado).

No artigo “Construção de resistências nos territórios periféricos: práticas feministas e antirracistas”, a agroecóloga Natália Lobo, a historiadora Gaelle Sculler e a assistente social Renata Reis, todas integrantes da Ong Sempre Viva Organização Feminista, falam sobre práticas de promoção da sustentabilidade da vida desenvolvidas pelas mulheres nos territórios,

especialmente nas comunidades mais atingidas pela desigualdade.

A revista entrevistou a secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Ministério das Mulheres, Denise Motta Dau, que fala sobre o recém-lançado Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios. “Em 2020, 3.463 mulheres sofreram feminicídios. Dados estarrecedores do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que 61% das vítimas de estupro têm no máximo 13 anos, 10% possuem de 0 a 4 anos, são bebês, 17% têm de cinco a nove anos e 33% são meninas de 10 a 13 anos”, afirma ela. “O Pacto prevê ações de nove ministérios com prazos e objetivos muito concretos para contribuir com o enfrentamento desse problema”, diz.

A seção *Perfil* apresenta a história de Nill Santos e da entidade social que fundou, a Associação Mulheres de Atitude e Compromisso Social, de Duque de Caxias (RJ),

que representa o combate à violência contra as mulheres e a vitória da solidariedade e da mobilização sobre a misoginia.

A edição de março traz ainda o texto “Por que a união do samba ao hip hop incomoda tanta gente”, no qual um integrante da Vai-Vai, MC Di Função, e o sambista e sociólogo Tadeu Kaçula analisam o episódio da repressão a uma escola de samba quase centenária que mostrou a resistência de duas culturas pretas irmãs em São Paulo.

A seção de *Arte* apresenta a artista potiguar Maria de Lourdes Santiago, que encontrou uma forma de expressar sua jornada pessoal e as complexidades da identidade diaspórica que movimenta sua herança negra. Ela traz as raízes ancestrais e a expressão vibrante ao conduzir a arte como afirmação de um povo, com produções que destacam o impacto da narrativa visual a partir de um olhar anticolonialista.

Boa leitura! Boas lutas! ■

Construção de resistências nos territórios periféricos: práticas feministas e antirracistas

NATÁLIA SANTOS LOBO, GAËLLE SCUILLER E RENATA REIS

NATÁLIA SANTOS LOBO É
AGROECÓLOGA

GAËLLE SCUILLER É
HISTORIADORA

RENATA REIS É
ASSISTENTE SOCIAL

TODAS DA EQUIPE
TÉCNICA DA SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO FEMINISTA



FOTO: SERGIO SILVA

Durante a trajetória da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) como movimento feminista internacional, elaboramos coletivamente alguns princípios que guiam nossa forma de fazer política e construir outro mundo.

Um desses princípios mais relevantes é a “sustentabilidade da vida” como um eixo da Economia Feminista, nossa proposta anticapitalista de reorganização do sistema econômico. Segundo ele, o objetivo da economia deve funcionar a favor da vida, tendo como objetivo a sustentação dos processos e trabalhos que garantem a produção e reprodução da vida humana e não humana. Uma economia que esteja

a serviço, antes de mais nada, da melhoria das condições da nossa vida coletiva e do cuidado com a natureza.

As práticas de promoção da sustentabilidade da vida são desenvolvidas desde sempre pelas mulheres nos territórios, especialmente nas comunidades mais atingidas pela desigualdade. Em todo o mundo, a luta das mulheres entende as condições de vida e de

realização do trabalho reprodutivo como elementos centrais.

Em momentos de crise, quando o acesso ao alimento e a condições básicas de vida ficam mais difíceis, é o trabalho das mulheres que é exigido para responder à precariedade. Observamos isso por exemplo no protagonismo das mulheres na luta contra a carestia no Brasil, durante a ditadura militar. Elas construíram

um movimento forte, junto a outros movimentos sociais, que ganhou muita visibilidade e expôs o trabalho territorial das mulheres em suas comunidades na luta constante para garantir condições dignas de vida.

Em outros países da América Latina, o período de ditadura e de implementação do neoliberalismo no continente também foi um momento de aumento das “ollas comunes” (panelas comuns): espaços onde o trabalho de alimentação, cuidado e escuta mútua se organizaram coletivamente, saindo do âmbito privado de cada casa, onde gerava sobrecarga sobre as mulheres. A nossa resposta para as crises continua sendo a coletivização do trabalho doméstico e de cuidados e desmercantilização dos serviços essenciais à vida.

A solidariedade na construção de movimento

A solidariedade também é um dos princípios centrais da ação feminista e

antirracista da MMM. Não foi diferente durante os últimos anos de governos neoliberais e de extrema direita no Brasil. Neste período, sobretudo durante a pandemia do Covid-19, a MMM intensificou sua militância em ações de solidariedade e de construção de iniciativas territoriais para fazer frente a precarização da vida. Entre elas, estão iniciativas de construção de cozinhas solidárias, entrega de refeições e cestas básicas – às vezes em aliança com a agricultura familiar da região e redes de produção e consumo alternativos – e também o cultivo coletivo de hortas comunitárias agroecológicas.

Coletivizar o fazer da vida é também refletir em conjunto sobre as origens da desigualdade social, assim como a estrutural patriarcal e racista que estão imbricadas do modo de produção capitalista. No interior destas iniciativas criam-se também espaços de formação, debate e mobilização. Marcando presença nos territórios,



ACÇÃO SOLIDÁRIA NA COMUNIDADE VALE DO SOL, EM SÃO JOAQUIM DE BICAS (MG), REGIÃO ATINGIDA PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA MINERADORA VALE FOTO: DIVULGAÇÃO.

as militantes da MMM articulam grupos locais de luta e fortalecimento das mulheres no combate à violência e à fome. São processos ligados à outras iniciativas do território, como às rádios comunitárias, e que aprofundam as relações comunitárias por meio do trabalho coletivo nos mutirões, por exemplo. Nessas experiências reafirmamos uma prática feminista e antirracista que questiona as dicotomias e hierarquias de saberes, construindo conhecimento e tendo como ferramenta a educação popular.

Nossas ações são construídas em alianças, e a maior parte das iniciativas são construções conjuntas com outros movimentos nacionais, como a Central



CESTAS DAS AÇÕES SOLIDÁRIAS REALIZADAS EM UBATUBA, NO LITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. FOTO: DIVULGAÇÃO.

dos Movimentos Populares (CMP), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), centrais sindicais, partidos de esquerda ou articulações locais.

Entre alguns exemplos, a MMM da Paraíba participou de iniciativas populares de fortalecimento de cozinhas comunitárias de várias comunidades em João Pessoa. Em Fortaleza,

uma cozinha solidária chegou a distribuir 100 marmitas solidárias por dia em articulação com governos locais e em parceria com o Movimento Orquídeas, um grupo de mulheres que constroem ações em torno do bairro Mondumbim. Numa entrevista, a liderança deste movimento aponta que foi “convidada para participar de umas oficina da Marcha Mundial de Mulheres e, nesses encontros, vi a necessi-

dade de a gente se unir cada vez mais no bairro. Nos estruturar”. Isso nos mostra que o trabalho de produção de refeições que constitui o trabalho de reprodução da vida, e a formação política nesses locais ocorre em um só movimento.

A experiência do núcleo Lélia Gonzalez em Palmas indica também que as campanhas de solidariedade durante a pandemia deram mais fôlego as atividades relacionadas à agroecologia na região, unindo o trabalho nas cozinhas com o cultivo de alimentos saudáveis na cidade. Na região de Porto Alegre as militantes também articulam atividades da cozinha comunitária com uma horta e as atividades da rádio comunitária do bairro. Em São Paulo, a horta do Espaço Cultural Monte Kemel proporciona trocas de saberes entre gerações e moradoras do bairro, além de tecer relações baseadas na economia feminista e solidária. O espaço é ponte de encontro de

uma rede de grupos de consumo responsável da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo (RAMA), e sedia feiras agroecológicas - que acontecem geralmente ao mesmo tempo que mutirões de manejo da horta. É importante ressaltar que estas iniciativas que proporcionam uma alimentação de qualidade para as comunidades se desenham ao mesmo tempo em que, em escala mundial, as empresas transnacionais da ali-

mentação lucram como nunca. Estas empresas oferecem saídas individuais para um problema que é coletivo: vendem alimentos pré-preparados e congelados, que exigem menos para serem consumidos. Acabam sendo a saída imediata para as mulheres que precisam alimentar suas famílias submetidas a uma sobrecarga enorme de trabalho dentro e fora de casa. No entanto, é uma saída que tem consequências: além de reforçar o poder destas empresas sobre nossas

vidas e territórios, gera o adoecimento das pessoas no médio e longo prazo. Por isso, a aposta pela organização a partir da agroecologia e da comida de verdade carrega consigo inúmeros significados políticos: a aposta pela coletivização do trabalho, pelo estreitamento dos vínculos comunitários, pelo cuidado consigo, com o próprio corpo e com o dos outros também, e pela saúde dos nossos territórios. ■



EM BELO HORIZONTE (MG), O ENCERRAMENTO DA 5ª AÇÃO INTERNACIONAL TEVE "MARMITÃO" E INTERVENÇÃO COM FAIXA SOBRE A FOME. FOTO: DIVULGAÇÃO

Para saber mais sobre ações de solidariedade da MMM

ACESSE A REVISTA MULHERES EM MOVIMENTO SUSTENTAM A VIDA: AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NO BRASIL, NO SITE DA SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA :

www.sof.org.br

Feminicídio se previne com mudança da mentalidade e serviços de proteção

POR ROSE SILVA



A SECRETÁRIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES, DENISE MOTTA DAU, DO MINISTÉRIO DAS MULHERES. FOTO VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL.

Após mais de um ano da expulsão de Bolsonaro da Presidência da República pela força do voto popular, as brasileiras ainda amargam os efeitos nefastos da destruição das políticas de proteção aos direitos e dos equipamentos públicos perpetrada por ele. E sentem literalmente na pele a violência que ele disseminava em seus discursos misóginos no Brasil, que é quinto país do mundo em assassinato de mulheres e apresenta dados estarrecedores sobre estupro.

A secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Ministério das Mulheres, Denise Motta Dau, aceitou o gigante desafio de assumir a pasta criada para melhorar os indicadores de violência de gênero, que se agravaram progressivamente nos últimos anos. “Em 2020, 3.463 mulheres sofreram feminicídios. Dados estarrecedores do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que 61% das vítimas de estupro têm no máximo 13 anos, 10% possuem de 0 a 4 anos, são bebês, 17% têm de cinco a nove anos e 33% são meninas de 10 a 13 anos”, afirma ela.

Nessa entrevista concedida à revista Reconexão Periferias, a secretária fala sobre o recém-lançado Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, que visa prevenir todas as formas de discriminação, misoginia e violência de gênero contra mulheres e meninas por meio de

ações governamentais intersetoriais, entre outros desafios do Ministério.

Graduada em Serviço Social e Mestra em Saúde Pública, ela já atuou como secretária sub-regional da ISP - Internacional de Serviços Públicos, dirigiu o Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho, do Ministério da Saúde, foi Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de São Paulo no governo de Fernando Haddad e integrou o Conselho Editorial da Fundação Perseu Abramo.

Como foi para a senhora ser convidada para assumir a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do Ministério das Mulheres?

Denise Motta Dau - Foi um desafio enorme e recebi com alegria o convite da ministra Cida Gonçalves, que tem uma vasta experiência na área de gestão de políticas públicas para as mulheres e que assumiu pela primeira vez como ministra. Porém, fiquei preocupada



REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/CNSP, ONDE DENISE TOMOU POSSE COMO CONSELHEIRA. FOTO: REDES SOCIAIS

com o desafio diante da necessidade de reconstrução de políticas públicas que foram desmontadas no último período no nosso país e que afetam fortemente as condições de vida e de trabalho das mulheres como um todo, mas, em especial, as diversas violências que as mulheres sofrem.

A senhora já foi secretária de Mulheres da cidade de São Paulo anteriormente. Eu acredito que isso lhe tenha dado uma ampla experiência e conhecimento sobre os desafios das políticas para as mulheres. Quais foram os principais avanços e os

retrocessos desde lá?

Estar à frente de uma secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres me deu algumas experiências, ainda mais em uma cidade como São Paulo, que já tinha uma história de coordenação de políticas para as mulheres, criada na gestão da então prefeita Marta Suplicy. Na gestão do prefeito Fernando Haddad, finalmente São Paulo passou a ter uma secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres. Em primeiro lugar, quando a gente está no município, faz muita diferença ter uma

secretaria estadual ou uma secretaria em nível federal abrindo editais para a construção de centros de referência da mulher, para equipagem desses locais, capacitação e formação política das mulheres nas diversas áreas, formação profissional, formação em políticas públicas. Eu tive a oportunidade de usufruir, em benefício das mulheres da cidade de São Paulo, de diversos editais da então Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Eu fiquei à frente da Secretaria Municipal da cidade de São Paulo de 2013 a 2016. De lá pra cá passaram-se oito anos, e muita coisa mudou. Os editais que estimulavam a criação de organismos de políticas para as mulheres, apoiando a criação de secretarias municipais, estaduais, foram totalmente extintos. Tanto é que a gestão da presidenta Dilma havia deixado mais de 300 organismos de políticas para as mulheres organizarem e, quando retornamos (com o governo Lula), não chegavam a 100 os

organismos estruturados. Outra questão importante é que muitos dos serviços, por exemplo, as Casas da Mulher Brasileira, que estão dentro do programa Mulher Viver sem Violência, as poucas que surgiram foram implementadas a partir de emendas parlamentares e não por iniciativa do Executivo. Não havia um orçamento robusto, forte para que os serviços de atendimento às mulheres nas diversas áreas, não só da violência, fossem implementados. Porém, para além do corte de investimentos, houve uma mudança no olhar, na visão, no direcionamento. No governo Bolsonaro, foram implementadas políticas com

foco em uma visão familiar, estreita, da mulher exclusivamente como mãe e ou como parte de um casal de uma família heterossexual. Não com a visão de autonomia das mulheres, de empoderamento econômico e político das mulheres que garantisse maior autonomia, seja sobre o próprio corpo, seja sobre as demais decisões que afetam a sua própria vida. Isso veio junto com o corte em muitas políticas públicas sociais que também afetaram fortemente as mulheres, o que causou, além de uma pauperização maior e de um avanço grande na precarização do trabalho, também uma retirada de direitos. Podemos falar da



INAUGURAÇÃO EM PARCERIA COM A PREFEITURA DE CIDADE OCIDENTAL DE MAIS UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA. FOTO: REDES SOCIAIS

área de direitos sexuais e reprodutivos, da autonomia econômica, da área da participação política. E foi um momento também que nós enfrentamos autoridades públicas dando demonstrações expressas nítidas de racismo, de machismo, mandando os jornalistas calarem a boca, xingando, desqualificando mulheres, seja autoridades públicas, seja uma rede de fake news, de estímulo à misoginia, ao ódio contra as mulheres, a desqualificação das mulheres. Foi um caldo de cultura que afetou a mentalidade da sociedade, que já não era perfeita, já não estávamos num paraíso, já havia muito machismo, racismo, lesbofobia, homofobia, transfobia. A gente tem aí toda uma história de escravidão, de colonização do nosso país. Então, a nossa herança de autoritarismo, de preconceitos, de dominação já é muito grande. Vínhamos fazendo um trabalho de desconstrução dessa mentalidade, e, com o golpe, tudo veio à tona novamente, com muita força.

Com a eleição do



CAMPANHA BRASIL SEM MISOGINIA. FOTO: REDES SOCIAIS

presidente Lula as bandeiras históricas das mulheres foram fortalecidas?

O movimento de mulheres lutou o tempo todo durante o golpe e o governo Bolsonaro. O tempo todo houve questionamento, mobilização, as mulheres foram fortes defendendo vacina, defendendo direitos. Os movimentos se mantiveram em luta, porém com menos espaço, maior repressão, muito menos ressonância. Praticamente ressonância zero de diálogo com o governo federal. Com o terceiro governo do presidente Lula, criando o Ministério das Mulheres, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Povos Indígenas, isso traz uma expectativa muito

grande desses movimentos de que diversas reivindicações latentes sejam atendidas. Isso nos dá maior responsabilidade de avanços concretos e objetivos nessas políticas. Para responder a essas demandas dos movimentos é todo um processo, mesmo de reconstrução de diversas políticas públicas e do diálogo social, que ficou também bem abalado. Agora, por exemplo, nós estamos retomando a preparação, não só da rearticulação e atualização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, mas as conferências municipais estaduais de Políticas para as Mulheres, para realizar a Conferência Nacional em 2025, ano que vem.

O ano de 2023 foi recordista em feminicídio



ENTREVISTA PARA A VOZ DO BRASIL.
FOTO: REDES SOCIAIS

no Brasil. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 1463 mulheres foram mortas por serem mulheres. Por que isso aconteceu?

O feminicídio está muito alto no Brasil e informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que 61% das vítimas de estupro têm no máximo 13 anos, 10% possuem de 0 a 4 anos são bebês, 0 a 4 anos, 17% possuem cinco a nove anos e 33% são meninas de 10 a 13 anos. São dados estarrecedores, muito vinculados à naturalização, banalização da violência, seja por autoridades públicas, por youtubers, em sites monetizados que pregam a violência, a desvalorização, submissão, subordinação e o ódio contra as mulheres. A misoginia

nas redes sociais monetizada e aplaudida é muito prejudicial para essa batalha de promover a mentalidade de que as mulheres têm autonomia, são iguais aos homens, não são subordinadas, não são seres humanos que valem menos e, portanto, dentro de relações trabalhistas, conjugais igualitárias, uma mulher tem o direito de romper com o relacionamento, tem o direito de usar a roupa que ela quiser, de escolher a profissão que ela quiser etc. A segunda questão foi aquele corte de investimentos em políticas públicas para as mulheres, inclusive de prevenção, de projetos educacionais, culturais, de mudança da mentalidade, de serviços públicos, como, por exemplo, a implementação das Casas da Mulher Brasileira, que oferecem um serviço integral e humanizado para aquelas que estão em situação de violência. E mais, aumentou o armamento da população. Segundo a pesquisa do Instituto Sou da Paz, a cada duas mulheres que morrem assassinadas no

Brasil, uma foi por arma de fogo. Essa arma de fogo está dentro das residências e são as mulheres que estão pagando com suas vidas. Portanto, esse caldo de cultura machista, o corte nas políticas públicas, uma visão de não garantir a mulher como sujeito de direitos, o maior armamento da população, tudo isso está resultando num aumento de feminicídios.

E quais medidas podem ser tomadas para combater esse problema?

A ministra Cida Gonçalves vai lançar o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, que, nessa primeira etapa, prevê ações de nove ministérios com prazos e objetivos muito concretos para contribuir com o enfrentamento desse problema. Na educação, a inclusão nas diretrizes curriculares da igualdade entre homens e mulheres, da igualdade de gênero no ensino superior. A elaboração de protocolos de enfrentamento ao assédio sexual nas universidades e também o fortalecimento das ouvidorias

nas universidades que trabalham com o tema do combate ao assédio sexual com o Ministério da Justiça. Parcerias no sentido da ampliação do fornecimento de viaturas para as patrulhas. Na Lei Maria da Penha, uma parceria no sentido da ampliação do uso da tornozeleira eletrônica nos casos graves. Pois é fundamental que quando a mulher sai com uma medida protetiva garantida, o homem agressor saia com uma tornozeleira na perna, para que haja um monitoramento. O juiz ou a juíza podem decidir isso sem a necessidade de nenhuma nova legislação no nosso país. Também a regulamentação do auxílio aluguel para mulheres em situação de violência, que tenham feito a denúncia

de agressores na Lei Maria da Penha, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Previdência. E ainda a indenização para órfãos e órfãs do feminicídio de 0 a 18 anos, com a indenização de um salário mínimo. Nós estamos trabalhando junto com o Ministério da Justiça também. O protocolo de avaliação de risco, o formulário de avaliação de risco, o formar para que ele alcance mais efetividade são alguns exemplos. A gente gosta de usar a palavra prevenção para mostrar que feminicídio é um filme que se pode prevenir. Não é algo natural, não é algo banal. E ele se previne com a mudança da mentalidade e, obviamente, com serviços adequados para que aquela mulher que já está em situação de violência

possa se proteger e que a situação não se agrave e não chegue à morte. Então, nessa primeira etapa do pacto, hoje nós estamos envolvendo os ministérios.

A segunda etapa envolverá os estados, os municípios que assinaram acordos de cooperação com o Ministério das Mulheres e a sociedade civil e os movimentos sociais. Acho que uma ação bastante objetiva é o pacto. E aí, já compondo também essa área de ampliação do atendimento às mulheres em situação de violência, inauguramos em um ano e meio do governo do presidente Lula duas Casas da Mulher Brasileira e também dois Centros de Referência da Mulher, tão importantes quanto as casas. Centros de referência, embora menores que as casas, fazem a diferença também na vida das mulheres, porque articulados com a patrulha Maria da Penha, com as delegacias da mulher, conseguem proteger e salvar vidas. Estamos em um processo

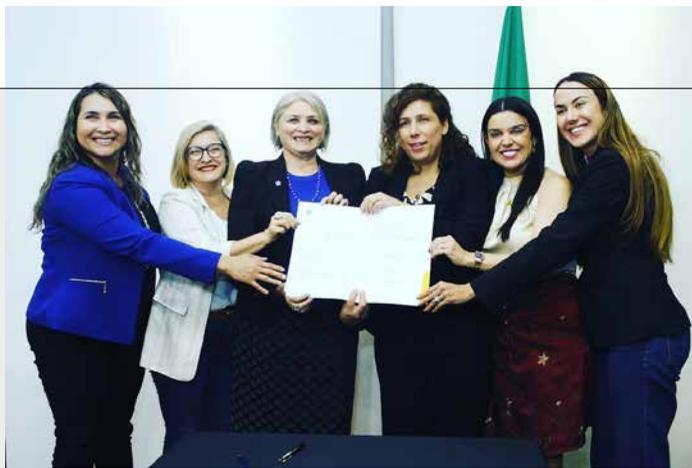


III MARCHA NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS. FOTO: REDES SOCIAIS

grande de ampliação desses serviços. Fizemos uma parceria com o Ministério da Justiça para implementação de 40 novas Casas da Mulher Brasileira, não só nas capitais. São polos geopolíticos de atendimento às mulheres em situação de violência na região. Às vezes é uma cidade pequena, mas as mulheres do entorno das diversas regiões procuram atendimento lá. Tudo isso vai compondo uma teia de políticas públicas que constituem um desafio gigantesco para o novo olhar, a construção de uma sociedade igualitária, de respeito, de igualdade para com as mulheres, também ampliando a rede de serviços que acolhe as mulheres em situação de violência.

Há parcerias do Ministério voltadas às mulheres trans e mulheres negras?

Importante citar algumas políticas transversais hoje que não enfrentam diretamente a violência contra as mulheres, mas trazem empoderamento e valorização. Foram investidos R\$ 28 milhões do governo federal para



AÇÃO PARA APOIAR AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA. FOTO: REDES SOCIAIS

apoiar o empreendedorismo e as pesquisadoras negras, sendo que R\$ 6 milhões foram aportados para bolsas de mestrado e doutorado em um edital específico para mulheres negras. São essas ações do Ministério da Igualdade Racial que aportam políticas e orçamento para que nós possamos superar a desigualdade mais forte que sofrem as mulheres negras. Por exemplo, nós estamos numa batalha muito forte com a Secretaria de Autonomia Econômica, coordenada pela secretária Rosane Silva, para que a Lei de Igualdade Salarial, promulgada pelo presidente Lula e enviada ao Congresso Nacional, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula, seja respeitada. Estamos em um período em que as

empresas têm de apresentar os relatórios de transparências, e muitas confederações, como a Confederação Nacional da Indústria, estão entrando com ações para impugnar a lei, o que é um absurdo, porque a CLT já garante isso. A Constituição já garante isso. A lei veio para estimular e regulamentar como se cumpre a Constituição. Depois do diagnóstico, haverá uma avaliação dos dados, a notificação das empresas, um plano de mitigação dessas desigualdades. Só aí é que tem a fiscalização, a multa para as empresas que não cumprirem a legislação. Não é somente uma legislação para punir as empresas, é para adequar, para prevenir, para tornar o ambiente de trabalho mais equilibrado, com maior

igualdade de gênero e mesmo assim, algo que seria natural está sendo super questionado judicialmente pelas empresas. Por último, também quero falar da nossa parceria com a secretaria Secretaria de Defesa dos Direitos da População LGBTQIA+ para capacitação das atendentes do Ligue 180, o número que a mulher disca para se informar, para se orientar sobre qual o serviço de atendimento à mulher em situação de violência mais próximo da residência dela é mais adequado. Fizemos capacitação nessa área LGBT, para que essa população também

tenha um atendimento bom, saiba os locais onde procurar, atendimento, que os locais atendam bem essa população, no nosso caso, a população LGBT, lésbicas, bissexuais e transexuais.

Lamentavelmente, as mulheres ainda são muito subrepresentadas na política e as eleitas vêm sofrendo vários tipos de violências e ameaças. Há políticas voltadas a essa questão em curso?

Uma iniciativa muito importante que nós lançaremos pelo Ministério das Mulheres neste mês é a Política Nacional de Enfrentamento à Violência

Política contra Mulheres. Porque esse é um ano de eleições. Muitas vereadoras, deputadas estaduais, federais e lideranças, parlamentares, sindicais, quilombolas, religiosas, têm sofrido perseguição, repressão e até assassinatos, como a mãe Bernadete, de Salvador. Ela era uma liderança religiosa que sofria intolerância religiosa, que lutava pelo direito à terra quilombola. Neste mês nós completamos seis anos do assassinato da vereadora Marielle Franco. Nós precisamos enfrentar a violência política, a perseguição às mulheres que estão nos espaços públicos e que topam, têm coragem de encarar candidaturas, de ir para a vida pública, de ser parlamentares, dirigentes dos movimentos sociais e dos sindicatos. No dia 27, nós lançaremos o Plano de Ação para Enfrentamento à Violência Política de Gênero, que foi traçado por um grupo interministerial. E mais, estamos construindo um acordo de cooperação com o Tribunal Superior Eleitoral para que assuma compromissos concretos, efetivos de monitoramento dos



LUTANDO POR POLÍTICAS PARA AS MULHERES COM O GOVERNADOR JERONIMO RODRIGUES, TATIANA VELLOSO E MINISTRA CIDA. FOTO: REDES SOCIAIS

partidos das candidaturas femininas.

Existe um projeto de uma plataforma de monitoramento das políticas para mulheres. Qual é o objetivo dessa ferramenta?

A plataforma vai funcionar por meio de uma parceria com o Ministério da Gestão e Inovação e da Casa Civil, do Governo Federal, para que nós possamos acompanhar, monitorar, potencializar, avaliar o que está avançando, o que não deu certo e precisa ser reformulado do ponto de vista de políticas públicas para as mulheres, porque essas políticas são transversais, elas têm de estar no Ministério das Mulheres. É fundamental que estejam sendo elaboradas e pactuadas com o Ministério das Mulheres, mas serão executadas por diversos



FOTO: DIVULGAÇÃO

outros. O Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres é composto por centenas de iniciativas que cada um dos ministérios vai desenvolvendo para que nós possamos atingir e impactar positivamente as mulheres. Por exemplo, mais de 17 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família são chefiadas por mulheres e 90% dos imóveis do Minha Casa, Minha Vida estão em nomes de mulheres. São políticas transversais muito importantes para fazer a diferença. O Dignidade

Menstrual, por exemplo, do Ministério da Saúde, foi um construído a partir de demandas que o Ministério das Mulheres levou para o Ministério da Saúde. Foi um diálogo da ministra Cida Gonçalves com a ministra Nísia Trindade sobre a necessidade de fornecimento de absorventes para mulheres em situação de vulnerabilidade, porque isso significa uma série de prejuízos para elas na escola, no trabalho, na vida como um todo. A plataforma vai monitorar e acompanhar essas políticas. ■

SAIBA MAIS:

[Principais ações do Ministério das Mulheres em 2023 são apresentadas em relatório](#)

[Lançamento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios e do Programa Asas pro Futuro](#)

A derrota da violência

POR ISAÍAS DALLE



NILL SANTOS. FOTO: DIVULGAÇÃO

Atualmente, Nill – nome pela qual é conhecida Nilzimar Maria Silvestre dos Santos, fundadora e dirigente da Associação Mulheres de Atitude e Compromisso Social (Amac) – é uma liderança e referência na comunidade de Dique de Vila Alzira, em Duque de Caxias (RJ). E, de lá, sua influência só cresce, espalhando-se por outras localidades do Brasil.

- Você prefere ter uma mãe morta?

- Não, mãe, eu quero que você seja feliz.

Entre lágrimas, tensão e dúvidas diante do des-

conhecido, esse diálogo começou a mudar a vida de Nill Santos e a de muitas outras mulheres que ela alcançaria com seu trabalho social.

“Se não fosse essa fala do

meu filho Gabriel, talvez eu não tivesse tido a coragem de fazer o que eu fiz naquela época, sabe”, conta Nill, dezessete anos depois de romper um longo e cada vez mais ameaçador ciclo de violência doméstica.

“Eu voltei para a favela onde eu nasci e de onde eu nunca deveria ter saído”, diz Nill, com o ar seguro e sorridente que demonstrou ao longo da entrevista. Naquele tempo já distante, ela apanhava do marido e pai de seus filhos – Ana Beatriz, Gabriel e Sara, à época com dois anos. Em 2007, Nill saiu de casa e voltou a morar com a mãe.

“A maioria das mulheres que vivem a violência doméstica, muitas das vezes, o que prende a esse relacionamento é a família. Como ela vai sobreviver? Hoje a gente tem vários benefícios e suporte para essa mulher, mas na minha época, não existia esse suporte social, como o Bolsa Família”, lembra.



NILL COMEMORANDO A CHEGADA DOS PAINÉIS SOLARES QUE FORAM INSTALADOS NA SEDE DA AMAC. FOTO: DIVULGAÇÃO.

Nill trabalhava como ajudante de serviços gerais e ganhava salário mínimo. O então marido, servidor concursado, tinha condições materiais de assegurar moradia e escola, o que pesou na decisão de Nill. Os filhos, com quem manteve contato permanente, continuaram morando com o pai.

Um pouco antes, no entanto, outra mudança já havia atingido Nill: a escola. Ela já contava quase dez anos de violência doméstica. “Eu retornei à escola com 35 anos, e fui começando a conhecer direitos e estudando

mais sobre histórias e a Lei Maria da Penha. Quando essa lei surgiu, em 2006, abriu um leque muito grande de informação para as mulheres. Pouco se sabia da lei, mas o conhecimento estava chegando a alguns locais e já estava também ajudando mulheres como eu, negra de periferia, com pouca formação, a procurar seus direitos”.

Depois que aportou novamente na casa onde nascera, Nill passava as noites chorando, sem saber o que fazer com o tempo vago e com a saudade dos filhos. Ali, naquele momento,

ela despertaria para a militância que tem até hoje. Observando que a criançada da comunidade “era muito solta”, teve a iniciativa de criar uma escolinha noturna de futebol e pediu a ajuda de um grupo de amigos. “Fui conquistando novos filhos”, recorda-se. “Mas até então eu ainda não me reconhecia vítima da violência”.

Em pouco tempo, já eram 120 as crianças que participavam da escolinha de futebol da Nill. “E muitas delas iam para a escolinha para ter o café da noite, muitas não tinham o que co-

mer em casa. E a gente começou a passear por outros lugares e abrir os horizontes deles também. E com isso eu também fui conhecendo outras tantas pessoas. Então eu conheci o pessoal da Casa das Pretas, que na época era a ONG Coisa de Mulher. Participei de um seminário, a gente foi conversando...” conta.

Daquele contato, a Nill foi convidada para ser uma das lideranças do projeto Como Uma Onda, que tinha o objetivo de ajudar mulheres em situação de violência. As palestras de Nill, a única representante da Baixada Fluminense naquele time, estavam entre as mais concorridas. Nill viu muitas mulheres serem resgatadas e mudarem suas vidas a partir daqueles encontros, em diferentes lugares do Rio de Janeiro. Ela não parou mais, depois de descobrir aquela vocação.

“Eu percebi que quanto mais eu contava minha história, eu conseguia sarar e ajudar outras mulheres também a se verem

vítimas dessa violência. Eu não me reconhecia vítima, tinha muita culpa dentro de mim. E esse projeto me tirou essa culpa. E é por isso que hoje eu falo que falar sara, sabe?”. Um ano depois, ao final do projeto Como uma Onda, Nill passou a ser chamada para fazer palestras pela sua vizinhança do Dique da Vila Alzira.

“Comecei a fazer rodas de conversa pelas comunidades aqui no entorno, no posto de saúde, na igreja, onde me convidavam. Tudo começou muito informal aqui no meu território”, conta. Consultora Natura, trabalho que ainda ajuda Nill a compor sua renda, ela descobriu que a empresa de cosméticos tinha um projeto de patrocínio a entidades sociais. Inscreveu-se e, um ano depois, venceu seu primeiro edital, concorrendo com outros 900 de todo o país, e ganhou um patrocínio. Foi quando precisou organizar formalmente sua atuação, com CNPJ e tudo.

Nesse caminho, lançou-se em empreitadas con-



NILL NO DIA DA CHEGADA DOS PAINÉIS SOLARES
FOTO: DIVULGAÇÃO.

sideradas fora de alcance, como organizar uma corrida de rua na Semana Internacional das Mulheres. Para convencer outra grande empresa de cosméticos de que poderia fazer um evento digno de patrocínio, disse que colocaria mil mulheres na prova. Conseguiu quatro mil competidoras correndo pelas ruas de Duque de Caxias. O episódio chamou a atenção da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, de patrocinadores e da imprensa fluminense.

Dali surgiram pressões do poder público local que, segundo Nill, quis cooptá-la. Ela resistiu e não virou propagandista. Ocupou o espaço dessa forma e hoje, diz ela, a relação é das melhores, combinando autonomia e cooperação mútua.

PERFIL

Com o tempo e o trabalho, a sede da Amac tornou-se um ponto de prestação de serviços à comunidade. O combate e a prevenção à violência doméstica se fortaleceram, Nill dá palestras em vários pontos do país, além de ter um canal no Youtube bastante concorrido. “Na nossa favela, os casos de violência doméstica não acontecem mais”, conta.

Durante a pandemia de Covid-19, Nill e sua equipe lançaram-se à capção de cestas básicas para atender as famílias de Dique de Vila Alzira.

São mais de mil moradores. Atualmente, uma das tarefas mais frequentes da Amac é orientar pessoas para acessar os programas e políticas sociais existentes. Nill conta que ainda existem muitas que desconhecem os caminhos para obter os direitos que o Estado prevê. “Outro dia ajudei um senhor que não tinha certidão de nascimento”, exemplifica.

Tudo isso vai fortalecendo as relações e a confiança. “A Amac é destinada a fortalecimento de vínculo. A gente tem reforço escolar, letramen-

to, informática, inglês, passeios culturais, esporte”. Aí entra a necessidade de apoio público e privado. “Temos de ter dois educadores e um assistente social. Então, essa verba vem para manter esses educadores e esse assistente”, explica a fundadora. Nill e a Amac já receberam prêmios de empresas e publicações pela atuação que vêm mantendo.

No plano político, Nill avalia que os ares que vêm de Brasília, com o novo governo Lula, mudaram para melhor. Mas crê que ainda falta uma relação



SALA DE AULA DA SEDE DO AMAC. FOTO: DIVULGAÇÃO.



GRUPO DE MORADORES E A EQUIPE DA AMAC DIANTE DA SEDE. FOTO: DIVULGAÇÃO

mais afinada com as entidades como a que dirige, de forma a poder disputar os editais de projetos. Ela avalia que entidades nascidas do movimento social podem ajudar a fazer a ligação entre as políticas públicas e as pessoas que estão no território.

Na vida pessoal, ela curte novo casamento e vive bem com o atual marido. O pai de seus filhos está mudado, segundo Nill. “Ele é presbítero”, diz. “Coitado, ele passou por uma ponte de safena há pouco tempo. Já se passaram quase 20 anos”. Reconheceu o erro? “Eu não sei se reconheceu. Mas,

olha, eu ajudo ele, eu ajudo os irmãos da igreja dele também. Acho que o mais difícil para ele foi ver todos os prêmios que eu ganhei”, conta Nill.

O mais importante, na opinião dela, é a relação de respeito que se estabeleceu, em prol dos filhos. Por falar neles, os três seguiram com os estudos e hoje trabalham com Nill na Amac. E a entidade não para: em parceria com um grupo empresarial, instalou painéis de energia solar sobre seu teto, em plena favela. O projeto já chamou a atenção de empresas estrangeiras. Nill aposta que,

em breve, novas parcerias vão fazer essa energia chegar a todas as casas de Dique de Vila Alzira.

Quanto aos homens, Nill acredita que uma nova consciência pode transformá-los. Como no caso de seu Cláudio, morador da favela que agredia a esposa e que recebeu voz de prisão da própria Nill. “Depois de um tempo na prisão, ele mudou. É outra pessoa, tenho muito orgulho dele”. Além de um amigo, o episódio valeu um apelido que até hoje acompanha Nill: “pitbull anã”. Ela mesma conta, e se diverte. ■

Por que a união do samba ao hip hop incomoda tanta gente

ROSE SILVA



FOTO: SÉRGIO SILVA

MC Di Função e Tadeu Kaçula analisam o episódio da repressão à Vai-Vai, uma escola quase centenária que mostrou a resistência de duas culturas pretas irmãs em São Paulo

A escola de samba Vai-Vai, que apresentou no carnaval de 2024 o enredo “Capítulo 4, Versículo 3 – Da Rua e do Povo, o Hip Hop: Um Manifesto Paulistano”, sofreu uma série de retaliações após o marcante desfile que emocionou o público. O espetáculo mostrou a união dos dois

ícones da cultura popular – o samba e o hip hop – que representam historicamente a resistência da cultura negra no Brasil.

O desfile desagradou policiais e políticos de direita, que exigiram um pedido de desculpas e pediram o corte de verbas públicas da escola. O

motivo foi que uma ala retratou a Tropa de Choque da Polícia Militar (PM) com traços demoníacos, fazendo alusão à repressão policial em alta na década de 1990. Logo depois do ocorrido, integrantes da escola relataram que sofreram repressão da PM e tiveram a camisa da escola



FOTO: SÉRGIO SILVA

que vestiam rasgada.

MC Di Função, que faz a comunicação política da Vai-Vai, explica que o carro alegórico que despertou a ira da polícia fazia uma alusão ao massacre do Carandiru, mas não só isso. A escola mostrou um recorte temporal da história do hip hop em São Paulo, desde o início do movimento, no final dos anos 1970, até os anos 2000.

Segundo ele, a relação com o hip hop vem de 30 anos atrás, e a escola sempre teve grande carinho pelo movimento. “A Vai-Vai é uma escola quilombola, de raízes de matriz africana fortíssimas, fundada no candomblé, é a única de São Paulo nas quais

o presidente e o vice-presidente são pretos. Portanto, é uma escola que se autoafirma dentro da diáspora africana. Está no Quilombo Saracura, no meio dos arranha-céus, há quase 100 anos e, como protagonista de sua história, sempre se posicionou. Não foi nenhuma novidade, mas sim uma união de culturas irmãs, pretas, periféricas, diaspóricas que decidiram representar-se uma à outra”, afirma ele.

Para o MC, é essa tradição da Vai-Vai que incomoda as pessoas. “Quando veem um monte de pretos subindo a Av. Nove de Julho, entrando no busão, indo pra lá, digamos assim, a Vai-Vai deixa o preto mais imponente, eleva sua

autoestima. A gente ama pertencer ao quilombo. Essa repressão acontece porque nós somos alvos constantes da sociedade, estamos no centro de São Paulo, disputando a territorialidade com a colônia italiana. Dependendo de onde estivermos nos aquilombando, a repressão é diferente”, analisa.

Di Função acredita que o grande ‘lance’ do desfile foi trazer as pessoas para a reflexão sobre o extermínio da juventude preta e pobre, que sempre foi uma proposta do hip hop. “A letalidade da polícia e das forças de segurança tem aumentado em todos os estados. Então, o que foi colocado na avenida é um episódio pontual, mas a crítica vem há décadas. O hip hop sempre coloca o dedo na ferida, fala do extermínio de corpos pretos, do encarceramento, da necropolítica, do racismo ambiental, não para atacar, mas para trazer as pessoas à reflexão”, diz.

O sambista e sociólogo Tadeu Augusto Matheus,

o T-Kaçula, doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP), faz uma análise histórica da reação da polícia ao desfile da Vai-Vai. “Desde a colônia, todas as manifestações afros foram reprimidas, e o que a gente tem ainda, na realidade, é que quem está no poder político são herdeiros desses colonizadores. Eles aprenderam com os seus antepassados que é importante reprimir para que eles não percam o protagonismo do poder político e econômico no Brasil. Outro aspecto é compreender que nesse mesmo Estado, que se apresenta como democrático e que às vezes versa sobre a própria Constituição brasileira, não temos liberdade de expressão. E um terceiro aspecto é que quando você tem esses irmãos dialogando de perto, ou seja, o samba e o hip hop, junta forças históricas para amplificar a denúncia contra as mazelas colocadas pelo Estado repressor sobre corpos pretos, isso causa medo em quem está na

gestão fazendo a repressão, porque são vozes que chegam às massas”, avalia.

Ele diz que não há nada de contraditório quando a Vai-Vai traz esse tema para debater e mostra o que nós vivemos hoje em São Paulo. É uma denúncia para a grande massa e não tem como maquiar o genocídio que aconteceu no Carandiru, tanto quanto esse que está em curso: “é a polícia mais violenta, mais letal que a gente tem no Brasil. Então, há uma grande mobilização desses brancos que estão no poder, porque eles sabem que quando a verdade vem à tona, eles são colocados em uma

visibilidade muito ruim para a própria imagem”.

Kaçula lembra que a Vai-Vai também está passando por um processo de expropriação e sendo expulsa do Bixiga pelo projeto de gentrificação. A quadra foi retirada de lá pelo governo do Estado para instalar uma estação de metrô. “Nós sabemos que há também um processo todo de higienização étnica. Eu uso muito esse termo no meu livro *Casa Verde, Uma Pequena África Paulistana*, porque a expulsão da população preta do centro da cidade de São Paulo, dos territórios historicamente conhecidos como territórios negros, também é programada. ■



FOTO: SÉRGIO SILVA

Maria de Lourdes Santiago

COM INFORMAÇÕES DE MAURÍCIO BARROS

Nascida em Mossoró (RN), mas criada na Praia de São Cristóvão, na comunidade de Areia Branca, Maria de Lourdes encontrou na arte uma forma de expressar sua jornada pessoal e as complexidades da identidade diaspórica que movimenta sua herança negra.

A artista potiguar traz consigo as raízes ancestrais para conduzir a arte como afirmação de um povo. Suas produções e obras destacam o impacto da narrativa visual seguindo um olhar

anticolonialista.

Considerada autodidata, os primeiros contatos com a arte vieram logo na infância. Com outros trabalhos fora da pintura, a artista já dirigiu e produziu duas exposições individuais: Corpo Diaspórico (Sesc – Mossoró, 2021) e Afrocentro (Beco dos Artistas, 2022).

A essência dela é construir uma imagem positiva e próspera sobre a população negra, trazendo uma visão decolonial, inserida no contexto de heranças e saberes da população,



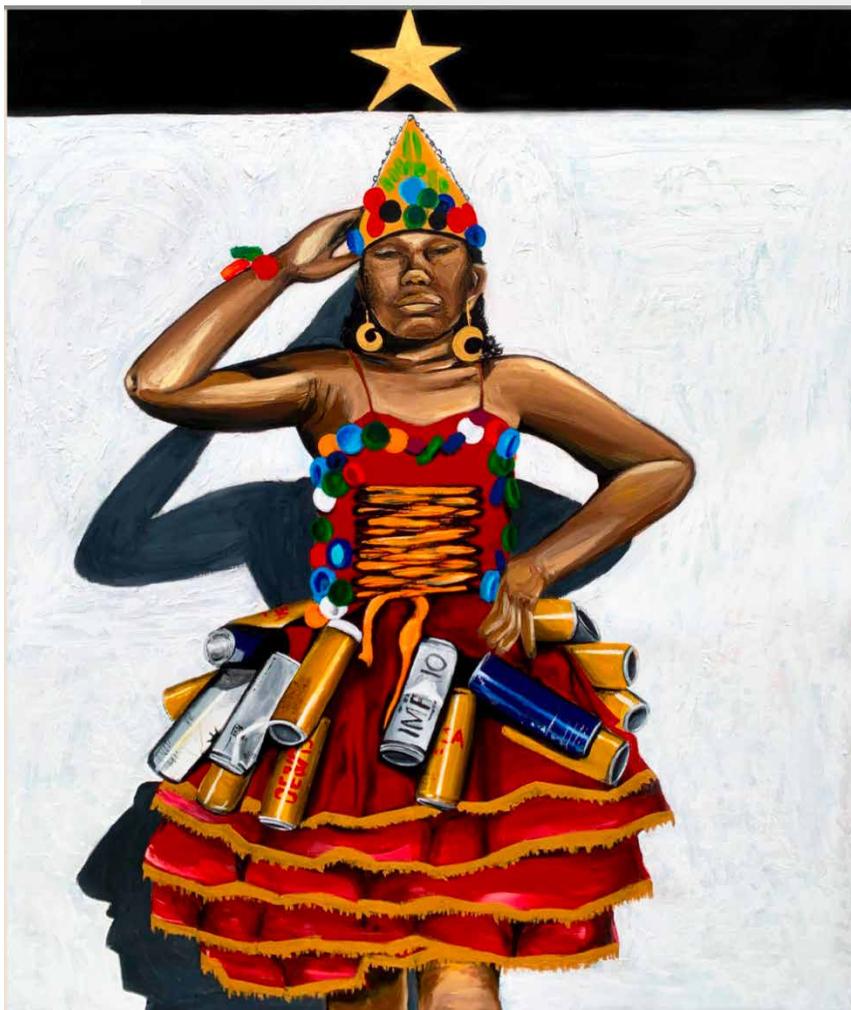
MARIA DE LOURDES. FOTO: REDES SOCIAIS

especialmente no nordeste potiguar. “Meu trabalho sugere um imagético para a população negra em seu território em que se constrói e se revisita visualidades positivas e prósperas”.

Em julho de 2023 seu trabalho esteve na Pinacoteca do Estado do RN com a exposição Modos de Ver e Modos de Ser Visto, com curadoria de Sânzia Pinheiro e realização do Centro Cultural do Banco do Nordeste (CCBNB).



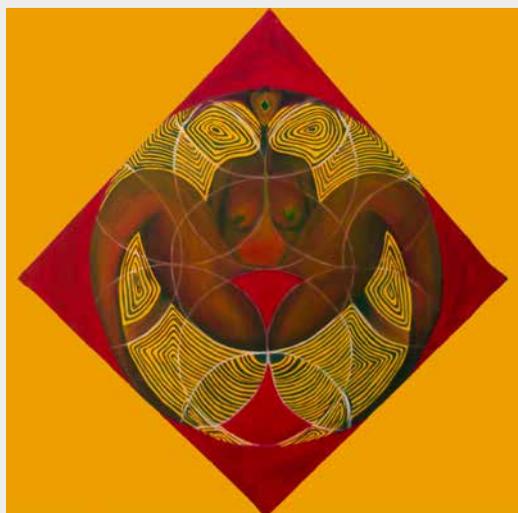
OBRA EM ACERVO DO BANCO DO NORDESTE. FOTO: ARQUIVO PESSOAL



OBRA ESTRELA JUNINA, ACRILICA SOBRE TELA. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Chegando a lugares até então imagináveis, a artista foi convidada a compor com cinco obras, a maior exposição anual do Museu de Arte do Rio (RJ), a coletiva *Funk: Um Grito de Ousadia e Liberdade*, em cartaz até agosto de 2024.

A obra *Sambalanço/memória corporal*, 2023, de composição da artista agora faz parte do acervo de obras de arte do Banco do Nordeste, que viabiliza a exposição coletiva e itinerante *Nordeste Expandido: estratégias de (re)existir*, que irá circular pelos estados de atuação do banco, onde se podem encontrar obras da artista. A mostra atualmente está em Recife (PE). ■



OBRA LIMBO, ACRILICA E ÓLEO SOBRE TELA. FOTO: ARQUIVO PESSOAL



MARIA DE LOURDES. FOTO: REDES SOCIAIS

Periferia, justiça climática e direitos das minorias

Desde o início de 2020, o Projeto Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos, movimentos sociais, ati-

vistas e militantes de todo o país. Durante fevereiro e março de 2024, foram realizados programas com temáticas associadas à última edição da Revista Reconexão Periferias: "Mudanças climáticas e o papel das periferias" (edi-

ção de janeiro/fevereiro).

Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da Fundação Perseu Abramo](#).

Confira os programas de fevereiro e março e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

20/02/2024 - O futuro do ambiente e do clima no Rio de Janeiro passa pelas periferias - com Tainá de Paula

05/03/2024 - Na luta pelos direitos das minorias políticas em Petrolina - com Gilmar Santos





Programa Quinzenal Reconexão

Periferias Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

I Seminário Regional: Lei de Cotas, avanços e desafios para a trajetória educacional e Profissional das Juventudes e Mulheres Negras

Data: 20 a 21/03, das 16h às 18h
Onde: IFNMG Araçuaí - BR 367, km 278, s/n - Zona Rural - Araçuaí, MG
Inscrições: gratuita. [Informações aqui](#)

Mês das mulheres: acesso à saúde e a luta das mulheres por direitos no contexto indígena

Data: 21/03 das 10h às 12h
Onde: Museu das Culturas Indígenas - Rua Dona Germaine Burchard, 451 Água Branca - São Paulo, SP
Gratuito. [Informações aqui](#)

Conferência Estadual de CT&I de Roraima

Data: 21/03, às 18h, e 22/03, às 8h
Onde: R. Sete de Setembro, 231 - Boa Vista, RR. Ingressos: Gratuito.
[Informações aqui](#)

Batalha do Pátio Festival

Data: 22/03, das 13h às 20h
Onde: Secretaria Municipal de Cultura de Itaquaquecetuba - Avenida Vereador João Fernandes da Silva, 53, Vila Virgínia - Itaquaquecetuba, SP
Gratuito. [Informações aqui](#)

Encontro: Fortalecendo os observatórios da Amazônia Legal

Data: 25 a 27/03, das 8h às 18h
Onde: Hotel Fazenda Mato Grosso - Rua Antônio Dorileo, 1100 - Coxipó - Cuiabá, MT. Gratuito. [Informações aqui](#)

Festival Malungo: Homenagem à cultura negra

Data: de 25 a 31/03 às 21h

[Onde assistir](#)

Conferência Estadual de CT&I de Mato Grosso

Data: 26 a 27/03, das 8h às 17h

Onde: UNIVAG - Avenida Dom Orlando Chaves, 2655, Auditório V, Bloco D, Cristo Rei - Várzea Grande, MT

Ingressos: Gratuito. [Informações aqui](#)

III Seminário do PIBID da Região Nordeste do Pará/Igarapé-Açu "Socializando experiências desenvolvidas em escolas públicas e multisseriadas"

Data: 27 e 28/03, das 7h30 às 22h

Onde: UEPA - Universidade do Estado do Pará, Campus X - R. do Úna, nº 156 - Telégrafo - Belém, PA

Inscrições: R\$ 15,00

[Informações aqui](#)

Exposição "Empoderamento Feminino"

Data: 29/03, das 8h às 20h

Onde: Sesc Ijuí - R. Crisanto Leite, 202 - Centro, Ijuí - RS

Gratuita. [Informações aqui](#)

Feira Indígena para Adiar a Queda do Céu

Data: 6 e 7/04, das 8h à meia noite

Onde: Biblioteca Baobazinho - Rua Waldemar de Oliveira leite, 32, Castelo Branco 3 - João Pessoa, PB

Inferno (espetáculo teatral)

Data: 10/04, às 20h

Onde: Teatro Sesc Casa do Comércio - Av. Tancredo Neves, 1109- Salvador, BA

Ingressos: A partir de R\$ 10,00

[Informações aqui](#)

1º Seminário da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência - Núcleo FSA

Data: 11/04, das 9h às 17h

Onde: MAC - Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira - Rua Professor Geminiano Costa, 255 Centro - Feira de Santana, BA

Inscrições: 1Kg de alimento não perecível. [Inscrições aqui](#)

I Norte de Arte Acessível: Ciclo de Formação em Acessibilidade Cultural na Educação Básica

Data: 24 a 27/04, das 8h às 22h

Onde: Unifap - Rod. Josmar Chaves Pinto, km 02 - Jardim Marco Zero, Macapá - AP

Gratuito.

[Informações aqui](#)

OPORTUNIDADES MARÇO

| Edital | Foco | Prazo | Link |
|--|---|-------------------------|---|
| Edital: Mãe Gilda de Ogum | A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por intermédio da Gerência Regional de Brasília (Gereb/Fiocruz Brasília), em parceria com a Diretoria de Políticas para Povos e Comunidade Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial e a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fiotec), por meio do Projeto GEREB 022 FIO 23, têm o prazer de apresentar a Chamada Pública Mãe Gilda de Ogum para a seleção de projetos de fomento à economia do axé, à cultura e à agroecologia dos povos e comunidades de matriz africana e povos de terreiros. | Até 21 de março de 2024 | https://prosas.com.br/editais/14413-chamada-publica-mae-gilda-de-ogum |
| Seleção Petrobras Cultural - Novos Eixos | O Programa Petrobras Cultural tem como base apoiar o desenvolvimento da cultura brasileira, reconhecendo a importância da preservação da nossa identidade, a necessidade do estímulo às diversidades e as múltiplas contribuições para a sociedade que são viabilizadas pela cultura. A brasilidade é o elemento norteador do Programa. | Até 8 de abril de 2024 | https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/selecao-petrobras-cultural-2013-novos-eixos |
| Prêmio Cidadania na Periferia | Constitui objeto do presente Edital potencializar, reconhecer, valorizar e premiar projetos em andamento, protagonizados pela população periférica, que contribuem para a efetividade dos direitos humanos e da cidadania nos seus territórios. | Até 15 de abril de 2024 | https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/participacao-social/editais |

| | | | |
|---|--|--------------------------------|---|
| <p>Prêmio Luiz Gama de Direitos Humanos</p> | <p>Será concedido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado cujos trabalhos ou ações mereçam destaque especial nas áreas de promoção e defesa dos Direitos Humanos no País, nos termos deste Edital. O Prêmio Luiz Gama de Direitos Humanos consistirá na concessão de Estatueta ou de Certificado, bem como de publicação no Diário Oficial da União.</p> | <p>Até 1 de maio de 2024</p> | <p>https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/participacao-social/editais</p> |
| <p>Edital de Seleção Pública nº 2023/012 - Empoderamento Socioeconômico das Mulheres Negras</p> | <p>O objeto do edital é a seleção de projetos sociais destinados ao empoderamento socioeconômico de mulheres negras, ao fortalecimento da cultura e das organizações e coletivos liderados por elas de acordo com os eixos temáticos, bem como demais requisitos constantes do Edital.</p> | <p>Até 02 de maio de 2024</p> | <p>https://www.fbb.org.br/pt-br/component/k2/contendo/edital-de-selecao-publica-n-2023-012-empoderamento-socioeconomico-das-mulheres-negras</p> |
| <p>Edital Território e Ocupação Artística</p> | <p>Iniciativa para buscar e captar projetos/mostras para ocupação de diversos espaços nos Centros de Atividades e Centros Educacionais do Sesi-SP, transformando esses locais em plataformas expositivas para diferentes técnicas e materiais. O foco do projeto está nos artistas regionais, mas artistas do país inteiro podem se inscrever para participar.</p> | <p>Até 12 de abril de 2024</p> | <p>www.sesisp.org.br/cultura/sesisp-abre-editais-para-selecionar-atividades-culturais-que-irao-se-apresentar-nas-unidades-do-interior-do-estado</p> |
| <p>Edital Música no Museu - FGML e Fundação Cultural de Itajaí</p> | <p>A Fundação Genésio Miranda Lins, em parceria com a Fundação Cultural de Itajaí, no intuito de fomentar, dar visibilidade e criar espaço permanente a cultura em nosso município, de divulgar suas unidades culturais, abre inscrição.</p> | <p>Até 27 de março de 2024</p> | <p>https://prosas.com.br/editais/14490</p> |

OPORTUNIDADES MARÇO

| | | | |
|---|---|--------------------------------|--|
| <p>Edital de seleção pública nº 002/2024 de artesãos e entidades representativas do artesanato brasileiro, destinado a participação em feiras nacionais de artesanato</p> | <p>A Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), nas Portarias nº 29/2010, nº 8/2012, nº 14/2012 e nº 26/2012, torna público o processo de seleção de interessados em participar nas seguintes feiras: da 42.º FEIART Feira Internacional de Artesanato que será realizada 12 a 21 de abril de 2024 em Curitiba/ PR, 17. (MAIS INFORMAÇÕES NO EDITAL)</p> | <p>Até 23 de março de 2024</p> | <p>https://prosas.com.br/editais/14479</p> |
| <p>Edital LGBTQ+ Orgulho 2024</p> | <p>Com o propósito de estimular o poder de transformação da comunidade LGBTQIA+ no Brasil, o Itaú Unibanco e o Instituto +Diversidade lançam a quinta edição do Edital LGBTQ+ Orgulho, que visa incentivar o desenvolvimento de iniciativas que auxiliem e estimulem a visibilidade, segurança e respeito às pessoas LGBTQIA+.</p> | <p>Até 1 de abril de 2024</p> | <p>https://prosas.com.br/editais/14418</p> |
| <p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p> | <p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p> | <p>Inscrições contínuas</p> | <p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p> |

| | | | |
|--------------------------------|---|----------------------|---|
| Programa de Aceleração de ONGs | A Phomenta, aceleradora de ONGs, está com a pré-inscrição aberta para os seus programas de aceleração. Organizações da Sociedade Civil de qualquer parte do país podem se inscrever e receber em primeira mão as informações quando cada programa abrir inscrições. Os programas de aceleração visam transformar a gestão da organização em um curto espaço de tempo, entre 5 e 7 meses, com ferramentas práticas e conteúdos dinâmicos. São apresentados temas diversos como captação de recursos, priorização, identificação e resolução de problemas, inovação, empreendedorismo e como conseguir parceiros. | Inscrições contínuas | https://prosas.com.br/editais/6486-programa-de-aceleracao-de-ongs |
|--------------------------------|---|----------------------|---|



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR